

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.753 - RS
(2019/0020558-0)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : SOLANGE TERESINHA DA SILVA
ADVOGADOS : FELIPE FLORIANI BECKER E OUTRO(S) - RS048826
FABRÍCIO MARÇAL FISCH - RS057813
RICARDO FERNANDES BOLSSON - RS073059
EMMANUEL RECHE BECKER - RS084677
MATHEUS BARNES DA SILVEIRA - RS102866
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS E OUTRO(S) - PR008123
ANDRÉ DA COSTA RIBEIRO - PR020300
SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA - PB008301
RICARDO POLESELLO - RS055143
LUCIANE DUMKE - RS068030
WALESKA REIS DA ROSA - RS086586
AGRAVADO : ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO KIRCHHOF - RS030654
ADRIANA DO SOCORRO PORTO COSTA - GO020208
RAQUEL HECK MARIANO DA ROCHA - RS053985
MELISSA CRISTINA REIS - RS054330
JAQUELINE FLORES - RS060654
MARCELO DE OLIVEIRA - RS093726

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CESSÃO DE CRÉDITO E QUITAÇÃO QUE NÃO INCLUIU O CONTRATO DO QUAL DECORREU A INSCRIÇÃO IMPUGNADA. MANUTENÇÃO DO NOME DA PARTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DE FORMA REGULAR. ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR POR FATO OCORRIDO POSTERIORMENTE AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, analisando os documentos acostados aos autos, concluiu que a dívida que gerou a inscrição impugnada não foi cedida pelo banco recorrido, portanto, não foi paga no acordo firmado pela autora com o cessionário, sendo lícito o registro em cadastro de inadimplentes. A alteração das premissas fáticas delineadas pelo acórdão recorrido demandaria a reanálise do contexto fático-probatório dos autos, providência, todavia, incabível em sede de recurso especial, a atrair a incidência da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. O fato superveniente a ser considerado pelo julgador deve

Superior Tribunal de Justiça

guardar pertinência com a causa de pedir e pedido constantes da inicial, não servindo de fundamento para alterar os limites da demanda fixados após a estabilização da lide.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

